



GT – 05: Crise e crítica: a urbanização contemporânea e os limites da reprodução social

O ESPAÇO IDEAL DE REPRODUÇÃO DO TRABALHO ABSTRATO

Um ensaio sobre a crise do capital

Autor: Caio Oliveira Portella¹

Filiação institucional: Universidade Federal Fluminense

E-mail: portellacaio1@gmail.com

RESUMO:

Esse artigo tem como intuito contribuir com o campo da geografia que dialoga com a crítica da economia política, buscando uma sistematização e aproximação da geografia marxista com a crítica do valor-dissociação. Buscou-se apresentar as proximidades e distanciamentos entre David Harvey e Robert Kurz no que diz respeito à teoria da crise, fundamentada na teoria do valor de Karl Marx. Com base na noção de trabalho abstrato enquanto substância do valor, nos propusemos a analisar, a partir desses autores, as contradições internas à lógica do capital, tensionando as avaliações sobre um limite absoluto e uma crise estrutural na obra de cada intelectual. Para, por fim, ensaiar sobre a manifestação específica dessas contradições no espaço urbano.

Palavras-chave: valor, teoria da crise, produção do espaço

1. INTRODUÇÃO

“Assim, enquanto o capital, por um lado, tem de se empenhar para derrubar toda barreira local do intercâmbio, i.e., da troca, para conquistar toda a Terra como seu mercado, por outro, empenha-se para destruir o espaço por meio do tempo; i.e.; para reduzir a um mínimo o tempo que custa o movimento de um local a outro. Quanto mais desenvolvido o capital, quanto mais distendido, portanto, o mercado em que circula, tanto mais ele se empenha simultaneamente para uma maior expansão espacial do mercado e para uma maior *destruição do espaço pelo tempo*”. (MARX, 2011, p. 445)

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (POSGEO/UFF)

Existem duas grandes questões levantadas pela vivência capitalista que motivam esse ensaio. Primeira: quais as contradições fundamentais da lógica do capital, do movimento de valorização do valor? Contradições estas que fazem com que o desenvolvimento da produção do valor se manifeste sempre de forma truncada, marcada pela devastação política (guerras, conflitos, fascismo, etc.), social (desemprego, precarização, desgaste urbano, etc), psicológica (ansiedade e depressão) e econômica (crises) da vida humana. Segunda: como, apesar dessas contradições, o capitalismo sobreviveu e sobrevive? Pergunta que levanta outras diversas questões, mas a principal é: existe um limite imanente absoluto para o desenvolvimento do capital? (Kurz, 2017). Neste trabalho vamos tentar, como uma primeira aproximação ao tema, sistematizar os principais argumentos para entender essas questões, de olho na dinâmica e sociabilidade moderna.

Os principais autores que vamos utilizar para essa reflexão, que se circunscreve no ajuntamento do campo da geografia e da crítica da economia política, serão, David Harvey (2013), enquanto o principal geógrafo que refletiu acerca dos ajustes e movimentos que o capital faz para sobreviver às suas crises; e Robert Kurz (2014), sendo esse autor responsável por dar seguimento, a partir de uma investigação categorial, à noção de um limite interno do capital, enquanto sujeito-automático. Como base destes dois intelectuais estará Karl Marx (2017), que organizou uma crítica ao capital na qualidade de relação social historicamente determinada, apresentando seus fundamentos históricos e lógicos.

Vamos dividir esse artigo em três partes: 1) teoria do valor; 2) teoria da crise; 3) teoria do urbano. Na primeira parte buscaremos introduzir a teoria do valor, seus pressupostos básicos, assim como seus conceitos, mostrando que o capitalismo carrega em si uma lógica tautológica: contradições que são inerentes à sua forma de ser. No segundo momento vamos, a partir da radicalização dos fundamentos apresentados na teoria do valor, desenvolver reflexões acerca da noção de crise no capitalismo, contrapondo a ideia de crise estrutural e crise conjuntural. Esse será o momento da aproximação dos teóricos, Harvey e Kurz, buscando neles um tensionamento introdutório. A última parte se organizará de forma mais ensaística, abrindo caminhos para reflexões que incorporem a teoria do valor e a teoria da crise para analisar a subsunção total da produção do espaço urbano à lógica de valorização do valor, se apresentando como o espaço ideal de reprodução do trabalho abstrato. Um espaço de relações mediadas, imperativamente, pela mercadoria.

O sentimento contemporâneo aparente é de um fim do mundo iminente, mesmo que seja mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo, esse sentimento, junto da deterioração cotidiana da sociabilidade capitalista e das suas categorias — trabalho, democracia, “liberdade”, riqueza social, bem-estar, lazer, etc. — dizem-nos algo a respeito do momento em que vivemos. Nosso objetivo é esse: apresentar alguns dos principais argumentos a respeito da noção de crise no capitalismo. Esse esforço intelectual soma-se a outros que buscam enriquecer a compreensão de até onde vai o movimento histórico do capital, até onde ele suporta a fricção com sua substância, generalizando cada vez mais suas contradições e compensando espaço-temporalmente numa geografia e numa sociabilidade limitada, em outras palavras, quais os efeitos dessa desmedida do capital.

2. INTRODUÇÃO A TEORIA DO VALOR

O ponto de partida da investigação de Marx (2017) sobre a sociedade capitalista é, sua forma elementar, a mercadoria. Ela, por sua vez, contém em si os binômios valor e valor de uso, ou seja, um “duplo ponto de vista: da qualidade e o da quantidade” (Marx, 2017, p. 97). Sendo assim, o valor de uso é a utilidade do produto — para outrem —, apresentando-se como fruto de um trabalho concreto, em que as formas de dispêndio de energia são diferenciadas, pois produzem utilidades distintas. Entretanto, numa sociedade em que esses dois lados aparecem unidos em um mesmo processo, em uma mesma mercadoria, a *medida* desse valor de uso passa ser o valor de troca, a forma de manifestação do valor enquanto uma quantidade específica de outra mercadoria.

O valor tem como sua substância um trabalho abstrato, abstrato pois há uma redução das capacidades sensíveis — redução qualitativa e prática. Para dimensão do valor não existe nenhuma qualidade natural na mercadoria. Nas palavras de Marx:

Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato. (Marx, 2017, p. 98)

Uma forma de trabalho ideal para uma sociedade voltada para troca, pois, agora, o que importa é a quantidade, transformando os produtos do trabalho humano em mercadorias, objetos indiferenciados medidos temporalmente — por um tempo socialmente necessário para produção. Logo, deles “não restou mais do que uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples geleia [Gallerte] de trabalho humano indiferenciado, i.e., de dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio” (Marx, 2017, p. 99).

O trabalho abstrato, portanto, é uma forma social especificamente capitalista, simplesmente a medida do valor, uma homogeneização que é quantificada a partir da “substância formadora de valor”, isto é, da quantidade de trabalho nele contida. Dessa forma, o trabalho se apresenta como centralidade da sociedade moderna: substância do valor, ou seja, uma mercadoria especial capaz de criar mais-valor.

A partir do movimento D-M-D', movimento voltado para o valor de troca — diferente do movimento M-D-M, em que se troca uma utilidade por outra utilidade e o dinheiro aparece apenas como mediador desta relação —, observa-se o papel do trabalho na produção. Se produz para trocar, para “produzir excedente” e não mais para produzir utilidades (mesmo que essa seja pressuposto para troca de mercadorias — não se compra produtos inúteis), o movimento D-M-D' só faz sentido para o capitalista se ele absorver mais dinheiro do que investiu, não faz sentido investir 100 reais para ganhar 100 reais. Esse ganho, do ponto de vista do capital global, do D' se dá a partir do processo de valorização, responsabilidade do trabalho, atividade que produz valor.

Para que o capitalista absorva esse mais-valor é necessário fazê-lo de forma absoluta: o aumento objetivo das horas trabalhadas, o aumento da jornada de trabalho, produzindo de forma direta mais valor, tendo mais grandeza do valor, mais trabalho temporalmente medido. Ou de forma relativa: é o processo de inserção técnica, organizativa e tecnológica na produção, com o intuito de diminuir o tempo socialmente necessário para produção — produzindo-se mais em menos tempo. Já que o mais-valor absoluto possui limites e conflitos, com a vida e a organização política do trabalhador, o mais-valor relativo se tornou o modo preferido de organização da produção capitalista, principalmente, pelo fato dele dar a falsa sensação do capital (relação social de valorização do valor — valor em movimento) cada vez depender menos do trabalho — como efeito da concorrência entre empresas capitalistas individuais. Ou

seja, em uma hora de produção de mercadorias o valor não se modifica, mas ao invés de se produzir uma mercadoria nesse tempo, produz-se, por exemplo, cem mercadorias com a reorganização tecnológica e organizacional da produção — o que constitui um ganho concorrencial imediato do ponto de vista do capitalista individual, mas do ponto de vista da valorização global da produção esse ganho é logo assimilado e a taxa do valor permanece a mesma.

Do ponto de vista do capital individual produtivo, uma empresa ou setor, ocorre, visivelmente, como consequência desse movimento, uma transformação na composição orgânica do capital, o capital constante, que engloba as máquinas, se amplifica em relação ao capital variável, a força de trabalho. Entretanto, de forma menos empírica, ocorre uma transformação do ponto de vista do capital global na composição-valor, da produtividade do capital como um todo (Harvey, 2019), já que se o trabalho é substância do valor e o trabalho está sendo expulso da produção, há, logicamente, uma queda da taxa do valor.

Existe, dessa maneira, a principal contradição do capital no que diz respeito a crises, entre riqueza material e riqueza social (Postone, 2014). Vimos aqui, devido à lógica — e necessidade (D-M-D') — expansiva do capital, que ele recorre a processos espaço-temporais de aceleração tecnológica da produção, que o levam a dessubstancializar sua produção (Kurz, 2017). O que faz cada vez mais ter mais mercadorias circulando (aumento da riqueza material) mas uma composição de valor menor (riqueza social) em cada uma delas. A quantidade de produtos aumenta, mas isso pouco importa do ponto de vista da valorização do capital.

3. TEORIA DA CRISE EM HARVEY E KURZ

Nessa *contradição em processo* da lógica expansiva do capital é preciso chamar atenção às mediações que ocorrem. A mecanização, ou melhor, a introdução de tecnologia na produção, ocorre desde os primórdios do capitalismo, então, como, apesar da contradição interna a lógica do capital apresentada acima, esse sistema segue existindo? Indiscutivelmente, o capitalismo passou por diversas crises, tanto na produção quanto na circulação, crises de sobreacumulação, em que ocorre um desequilíbrio entre forças produtivas e relações sociais.

Essa tendência da queda da taxa do valor é compensada por um aumento da massa de valor, é necessário que “o capital não se reproduza na mesma escala, mas sempre em escala

mais ampla, o que gera [...] a necessidade de uma acumulação sem limites (“crescimento”)” (Kurz, 2017, p. 53). O capital precisa buscar sempre um novo espaço social para expansão, para compensar a sua contradição da queda da taxa de mais-valor. Marx apresenta esses dois movimentos (taxa e massa) como uma “lei dúplice”:

a grandeza absoluta do lucro, sua massa total, aumentará [...] apesar do enorme decréscimo na proporção entre essa massa de lucro e o capital total adiantado ou apesar do enorme decréscimo na taxa geral de lucro. O número de trabalhadores empregados pelo capital, ou seja, a massa absoluta do trabalho que este mobiliza, e, assim, a massa produzida, ou seja, a massa absoluta do lucro por ele produzido, podem então aumentar, e progressivamente, apesar da queda progressiva da taxa de lucro. E não só pode ser o caso, como tem de ocorrer necessariamente assim — abstraindo de flutuações transitórias — sobre a base da produção capitalista. (Marx, 2017, p. 255)

Contudo, se esse processo de expansão se depara com qualquer tipo de “inconveniente”, “o capital, mesmo que passageiramente, não pode mais absorver novo trabalho produtivo vivo, que é eliminado pelo desenvolvimento tecnológico” (Kurz, 2017, p. 53). É assim que se dão as crises conjunturais, parciais e periódicas. Que podem aparecer sob diversas formas — superprodução, superpopulação, subconsumo, etc. Que acabam por se “resolver” quando o capital consegue absorver mais trabalho produtivo vivo do que o que foi eliminado.

O principal método de superação das crises, segundo David Harvey (2013), é o que ele chama de ajustes espaço-temporais. Basicamente é o processo de deslocar geográfica e socialmente as crises. Aqui vemos uma ampla influência do debate baseado na noção de imperialismo em Rosa Luxemburgo (1985), em que, já reconhecia a necessidade capitalista de mundialização da circulação capitalista — mesmo que ainda estivesse de olho na relação sociedades pré-capitalistas e sociedades capitalistas. De acordo com Harvey, a tendência de crise nunca desaparece mas é deslocada. Uma espécie de transferência que pode ocorrer entre regiões, empresas e/ou setores. Nas palavras dele:

“Ajuste” aqui tem dois sentidos. Uma parte do capital total se ajusta literal e fisicamente a determinado lugar por um período relativamente longo. Mas “ajuste” também se refere metaforicamente à solução (“ajuste”) das crises de superacumulação do capital por meio de investimentos de longo prazo na expansão geográfica. Como e quando esses dois significados entram em conflito? A criação de novas divisões territoriais de trabalho, novos complexos de recursos e novas regiões como espaços dinâmicos de

acumulação do capital promovem oportunidades de geração de lucro e absorção dos excedentes de capital e trabalho. No entanto, tais expansões geográficas muitas vezes ameaçam os valores já fixados em outros lugares. Essa contradição é inevitável: ou o capital se desloca e deixa para trás um rastro de devastação e desvalorização (Detroit, por exemplo), ou permanece no mesmo lugar e se afoga no excedente de capital que inevitavelmente produz, mas para o qual não consegue encontrar uma saída lucrativa (Harvey, 2016, p. 120)

Há, de acordo com Kurz, dois problemas nesse processo: 1) “a compensação temporária pela expansão não é infinita, visto que, em primeiro lugar, a Terra não é um espaço infinito e, em segundo lugar, a mais-valia relativa não pode ser incrementada até ao infinito” (Kurz, 2014, p. 218); 2) “Em suma, pode-se dizer que com a revolução microeletrônica [...] estagnou também a ampliação do trabalho produtivo e, portanto, da criação real de valor; assim, a partir de agora o trabalho produtivo retrocede à escala global” (Kurz, 2002, p. 85). O intelectual acredita que já não há mais mecanismo de compensação que sustentem a expansão do trabalho improdutivo (trabalho que não produz mais-valor), para ele o capitalismo já atingiu seu limite absoluto, mesmo que esse colapso não apareça empírica e fenomenicamente (Kurz, 2014).

Quando ele afirma que esse colapso não pode ser detectado fenomenicamente, está construindo uma correlação entre essência e aparência presente no próprio O Capital de Marx (2017). Esse processo não se trata diretamente sobre uma tendência à queda da taxa de lucro (aparência), mas sobre sua substância, ou seja, uma queda da taxa de valor (essência). O preço, e, portanto, o lucro, diz respeito ao capital individual, dessa forma, a partir da concorrência, ele é medido empiricamente, com cálculos econômicos, enquanto que o valor sempre diz respeito à totalidade do capital global da sociedade. “O valor é, por princípio, não empírico, como determinação essencial de toda a sociedade que apenas pode manifestar-se através da relação de mediação” (Kurz, 2014, p. 163). Isto posto, a maneira com que pode ter-se elementos empíricos desse processo é que empresas que apresentam lucros (brutos, líquidos e operacionais), além de uma expansão constante, quebram sem nenhuma explicação aparente. Como é o caso de uma das maiores empresas imobiliárias da China, a Evergrande², que decretou falência em 2024, mesmo que, em 2021, tenha apresentado a maior projeção de expansão de

² Justiça de Hong Kong decreta falência da Evergrande. Nexo.

<https://www.nexojournal.com.br/extra/2024/01/29/evergrande-falencia-hong-kong>. Acesso em: 01 de agosto, 2024, 20:07h.

receita da empresa. Em contraponto, seguindo a lógica dos argumentos apresentados por Harvey, esse fenômeno poderia ser analisado, simplesmente, como um colapso de uma empresa individual, ou de algum ramo específico, mas não do capitalismo necessariamente.

Sendo assim, para Kurz o mecanismo de compensação atingiu a sua fase crítica com a revolução microeletrônica — o desenvolvimento tecnológico ultrapassou espaço-temporalmente a capacidade do capitalismo de absorver trabalho, já não há mais um movimento em que o crescimento absoluto da substância real de valor compensa o aumento absoluto e relativo dos setores improdutivos. Para ele o processo de acumulação, atualmente, só ocorre de maneira formal assim como os lucros, pois o mecanismo de compensação:

só funcionou enquanto os investimentos para o desenvolvimento de novos produtos e para a ampliação superaram em medida suficiente os investimentos destinados ao desenvolvimento de novos procedimentos e à racionalização: de fato, só desse modo se empregou uma massa em termos absolutos crescente de força de trabalho industrial, e foram criadas crescentes rendas monetárias “baseadas na produção”, apesar da racionalização (Kurz. 2002, p. 81)

Em outras palavras, para Kurz o capitalismo vive uma crise estrutural. Por outro lado, Harvey não as trata como derradeiras, como elementos do fim lógico da acumulação de capital, as crises apareceriam como compensatórias em um movimento constante, pois criam um novo tipo de ordem. Teriam a “função” de exacerbar e generalizar as contradições do capital, renovando as condições de acumulação para um nível superior (Harvey, 2005), ele não antevê nenhum limite lógico à acumulação.

Tanto para Harvey, quanto para Kurz, o sistema financeiro se apresenta como uma aparente sobrevida ao capitalismo. O crédito bancário tem papel fundamental desde o início da acumulação capitalista, visto que o processo D-M-D’ não pararia, esperando a mercadoria ser vendida para assim ter capital para ser reinvestido na produção, os capitalistas pegavam empréstimos para acelerar e antecipar o processo de circulação e realização da mercadoria. Não obstante, com a intensificação desse processo de antecipação e portanto especulação sobre a produção real futura, o capital fictício se descola cada vez mais da produção real. O quão mais distante o capital fictício fica do capital real — possibilitando o adiamento da crise, assim como seu aprofundamento — o processo de produção de capital aparenta ser independente da produção de mercadoria, realizando ficticiamente o sonho capitalista do D-D’, ou seja, dinheiro

produzindo mais dinheiro. Assim o “movimento direto D-D’ oculta, por exemplo, a relação necessária que inicialmente (do ponto de vista histórico) havia entre o capital produtivo e o crédito bancário, pois o que antes era uma ilusão subjetiva passou a ser uma efetividade, o movimento D-D’ prescinde cada vez mais da sua base de valor” (Couto, 2014, p. 214). Segundo Kurz, o funcionamento desse dinheiro:

é capital (capital na forma de crédito), ou seja, temporariamente o sistema bancário empresta capital empresarial “atuante”. Aqui o dinheiro não serve para a mediação de mercadorias e nem é diretamente capital monetário empresarial (que emprega trabalho abstrato no seu processo de valorização), mas, paradoxalmente, se torna uma mercadoria com cotação em mercados especiais (os mercados financeiros) e cujo preço são os juros (Kurz, 2002, p. 57)

Só que esse processo apresenta um dos seus limites de compensação da crise e vira um problema “quando o dinheiro emprestado não é realmente empregado para o efetivo consumo empresarial de trabalho abstrato. E isso, em grande escala, faz com que o capital portador de juros se descole cada vez mais do processo real de valorização e se torne capital fictício” (Kurz, 2002, p. 58). Essa dinâmica, portanto, ao mesmo tempo que possibilita a continuação da acumulação do capital, intensifica e aprofunda suas contradições, tornando-os mais graves. Botelho afirma:

Aqui fica evidente a importância do capital fictício para o funcionamento cotidiano da sociedade burguesa: empresas operam com recursos dependentes de mercadorias que ou não foram produzidas ainda ou não foram vendidas, operam com a ficção de uma realização futura. Se as mercadorias são vendidas, a ficção torna-se realidade e as pontas dessa rede financeira são atadas. Se as mercadorias não são vendidas ou sequer produzidas, então as pontas se alargam e buracos gigantescos aparecem na rede capitalista (Botelho, 2014, p. 82).

Para Harvey o dinamismo que o capital fictício cria é um esforço do próprio capital para lidar com as suas contradições internas. Mas essa solução do capital acaba aumentando ainda mais em vez de diminuir as contradições. Essa fricção entre capital fictício e produção real vai deixando marcas:

a categoria de “capital fictício” é um fato implícito sempre que o crédito é ampliado em antecedência, em antecipação ao trabalho futuro, como correspondente ao valor [counter-value]. Isso permite um deslocamento suave do capital superacumulado em

circulação para a formação de capital fixo – um processo que, em curto prazo, pode disfarçar inteiramente a aparência das crises. Mas a criação de valores fictícios frente à real produção e realização de mercadorias é sempre um negócio arriscado. O sistema de crédito torna-se a última ponta da acumulação com todos os riscos concomitantes que essa exposição traz. O intervalo entre os valores fictícios dentro do sistema de crédito e o dinheiro ligado aos valores reais se amplia. É montado o cenário para as crises no interior do sistema de crédito (Harvey, 2013 p. 470)

Na teoria de David Harvey, fica explícito que o capital se utiliza de uma espécie de “destruição criativa” (Harvey, 2005), em que, as crises enquanto barreiras para acumulação são “solucionadas” com a destruição física e a desvalorização do capital, uma espécie de acumulação por despossessão, mediante guerras e reformulações de paisagens geográficas. Essa inventividade e disposição destrutiva do capital é o que permite, em Harvey, deixar em aberto a questão de um limite absoluto para o capital. O que é interessante e crucial para nós é, os efeitos que essas reflexões sobre crise e capital fictício tem na análise de Harvey sobre a dinâmica urbana, sobre as dinâmicas contemporâneas da sociabilidade moderna, em outras palavras, os efeitos nocivos que a desmedida do capital tem no cotidiano.

4. ENSAIO SOBRE O URBANO

Antes de entrar propriamente nas formas com que o capital reformula a paisagem urbana, re-gentrifica e estabelece um processo de acumulação via urbanização, queremos expor de maneira mais ampla o papel do urbano na reprodução de uma sociedade mediada pela mercadoria. Nas palavras de Grespan:

[...] Esse é o modo de vida essencialmente urbano, e não é por acaso que nas últimas décadas, em quase todos os países do mundo, a maioria da população, que antes vivia no campo, agora vive nas cidades. O campo ainda oferece a oportunidade de se produzir para o próprio consumo, e não gerar produtos para o mercado, que têm como destino o consumo por outras pessoas. [...] Além disso, na cidade, todos são dependentes dos mercados – não só das mercadorias tradicionais, como alimentos e roupas, mas de produtos como água encanada e luz elétrica. A dependência cresce tanto que qualquer falha técnica ou de gerência do fornecimento de água e luz pode causar uma catástrofe. De certo modo, *o conceito de “fetichismo” pretende justamente explicar como todo esse sistema se torna independente do controle humano*, enquanto nos tornamos cada vez mais dependentes dele (Grespan in Netto, 2015, p.139).

Portanto, o urbano tem um papel fundamental na generalização do fetichismo da mercadoria (Marx, 2017). Pensando no urbano como uma forma historicamente específica do capitalismo na organização da relação campo-cidade, sendo assim, a expressão espacial da subordinação do indivíduo à divisão do trabalho. A produção do espaço urbano moderno se dá materialmente em função da lógica de expansão do trabalho como forma de mediação social (Lamas, 2007).

É nesse espaço ideal para reprodução do trabalho abstrato que as contradições internas do capital se mostram mais dinâmicas, uma intensificação do processo de “aniquilamento do espaço pelo tempo” (Marx, 2011). O principal elemento estudado até hoje como manifestação espacial da contradição do capital é o capital fixo. O capital fixo “refere-se às mercadorias utilizadas no processo de produção que não são totalmente consumidas durante um ciclo de rotação do capital” (Botelho, 2014 p. 85), e, nos termos do geógrafo Neil Smith:

Para ampliarmos a metáfora de Marx, se a mais-valia relativa se torna o instrumento mais poderoso de acumulação, então o capital fixo é o pivô do qual esse instrumento recebe seu poder. Se, enquanto valor, o capital fixo meramente preserva o trabalho abstrato incorporado nos objetos de trabalho, enquanto valor de uso, o capital seja fixo facilita a conversão do trabalho concreto na forma de nova mercadoria, que incorpora a mais valia relativa. É, portanto, o valor de uso do capital fixo que é uma questão crucial e, à proporção em que se torna um instrumento para a produção de mais-valia relativa, isso também acontece com as propriedades espaciais do capital fixo. Embora por definição o capital fixo não seja necessariamente espacialmente fixado, na prática é o elemento espacialmente mais fixado do capital produtivo, permanecendo no processo produtivo por mais de um período de produção. (SMITH, 1988, p. 138).

As especificidades temporais e espaciais do capital fixo tornam-o uma espécie de capital em que sua realização é mais lenta, o que poderia ser um problema, entretanto, com o capital fictício sua circulação, a partir da especulação, torna-se possível e ideal pois seu processo de investimento, produção, circulação e realização são estendidos em longo prazo.

Mas isto é sempre, tão somente, uma solução temporária e conduz rapidamente à super acumulação também no meio-ambiente construído, mas até o momento em que novos padrões geográficos não tenham sido gerados. Contudo, a super acumulação resulta numa desvalorização maciça de capital e, por causa de seu longo período de movimentação, o capital fixo é particularmente vulnerável. Diferentemente da

desvalorização rotineira do capital fixo no processo produtivo, esta desvalorização representa uma absoluta destruição do valor. Como Harvey enfatiza, a desvalorização é localmente específica e isto cria a possibilidade de que áreas inteiras do ambiente construído sofram uma desvalorização rápida e ampla (SMITH, 1988, p. 184).

David Harvey argumenta que esse processo é uma espécie de acumulação por despossessão em que não é “um processo que ocorre com a finalidade de criar trabalho assalariado, e sim com o intuito de liberar espaços para que o capital possa entrar e reconstruir certa região — re-gentrificar, se quisermos — por meio de estratégia de acumulação via urbanização” (Harvey, 2024, p. 139). Sendo a especulação imobiliária o principal exemplo desse processo de ficcionalização do capital fixo — e um exemplo da destruição criativa. Entretanto, da mesma forma, que o capital fixo, mal dizendo, tem suas vantagens pois permite tempo para especulação ocorrer, e o capital fictício se descolar da produção real (adiando mas também aprofundando a crise da dessubstancialização do valor), ele, pelo seu caráter material se apresenta como um investimento de pouca mobilidade para o capital, fazendo com que, sua destruição (seu deslocamento espaço-temporal) envolva toda uma reconfiguração da paisagem urbana.

Para Botelho, “as complicações inerentes à rotação do capital fixo – seu longo período de produção, a demora em sua circulação, as dúvidas quanto a sua realização – tornam-se vantagens ou dificuldades estruturais da propriedade imobiliária” pois mobilizam uma grande quantidade de capital por um longo período de tempo. Mas seu caráter físico fixo impõe uma certa prisão que limita as formas de arranjo espaço-temporal, de compensação pela, por exemplo, deslocamento da crise para um outro país (o que normalmente acontece com crises de superprodução que são mobilizadas para um outro mercado, com outro tipo de concorrência).

Portanto, a paisagem da crise urbana é a expressão mais fidedigna da crise do capital, do seu movimento de fricção contraditória. Como podemos observar na dinâmica espacial do capital fixo:

A inércia temporal representa uma fragilidade enorme para essa forma de capital. Mas não apenas isso: a imobilidade espacial também representa uma barreira gigantesca para o capital, pois não permite solucionar pela transferência o problema da amortização dessas estruturas. Por isso, quanto maior o tempo de rotação do capital fixo fixado, maiores os riscos de sua insolvência. Aqui fica evidente como a contradição

inerente às formas de capital são diretamente responsáveis por seu desenvolvimento geográfico desigual: os extremos da fluidez do capital monetário e da imobilidade do capital fixo conduzem o movimento da acumulação capitalista por vias sinuosas (Botelho, 2014, p. 96).

O que vemos é um ajuste temporal (o sistema de crédito) tentando uma anulação do espaço pelo tempo (Marx, 2011), associando-se a uma reconfiguração geográfica (um ajuste espacial). No momento que esse capital fixo aparece ficcionado, ou seja, quando ele ainda não é de fato espacial ou material, ele se apresenta enquanto uma solução para o capital. No momento que ele se realiza sua materialidade, em outras palavras, sua imobilidade vira um problema. Esse problema é resolvido com processos de deterioração social da vida da população e da vivência cotidiana, com, por exemplo, despejos, guerras, especulação imobiliária e gentrificação, tudo para abrir novos espaços (geográficos ou sociais) para o capital lidar com a sua contradição.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse ensaio é apenas uma breve contribuição e uma primeira aproximação que tenta organizar, numa só reflexão, os aspectos da teoria do valor, da teoria da crise e da teoria da urbanização. Fazendo com que as reflexões sobre a produção do espaço geográfico contribuam para o avanço do entendimento da dinâmica capitalista contemporânea, e vice-versa. Partindo do princípio de que existem “muitas barreiras que a acumulação de capital [tem] que confrontar, sendo o próprio capital a maior delas” (Harvey, 2019, p. 15).

Avançando na análise das múltiplas contradições e tendências internas de crise do capitalismo, a partir do seu desenvolvimento histórico-lógico, contribuir para um entendimento mais rigoroso da geografia sobre o urbano, pensando o desenvolvimento urbano enquanto desenvolvimento capitalista, assim como suas contradições, sendo essas expressões dos limites do capital. Assim, iniciamos a exposição com a noção marxiana de trabalho abstrato para entender o que é o valor e qual sua função na sociedade capitalista, enquanto riqueza social. Daí observar que o seu movimento tautológico (em que o objetivo é o ponto de partida — o dinheiro) carrega consigo limites reprodutivos, devido à contradição imposta pelo mais-valor relativo na composição-valor, trazendo conceitos como taxa de valor e massa de valor. Nesse ponto, os dois intelectuais apresentados divergem: enquanto que para Kurz, a partir da

radicalização lógica da categoria do capital, o capitalismo vive sua crise derradeira, afirmando que seu limite foi atingido, mesmo que nem sempre esse limite possa ser observado empiricamente, para Harvey, a noção de limite interno não é colocada diretamente, entretanto, trata com bastante atenção os métodos de compensação das crises, que não significam uma superação das contradições do capital, mas uma espécie de deslocamento. Apresentamos o capital fictício como representante do capitalismo financeiro em que vivemos, sendo a principal forma de ajuste espaço-temporal do capital para prolongar sua vida e adiar o enfrentamento franco com suas contradições — fazendo com que essas contradições se intensifiquem, no descolamento da produção real do capital (da essência e aparência) através da formação de bolhas especulativas. Para, por fim, dar atenção ao efeito dessa lógica na acumulação urbana, abrindo um debate sobre os efeitos dessa lógica no cotidiano.

Apesar das limitações deste trabalho, acreditamos que ele possa dar certas contribuições para o campo da geografia urbana, ajudando numa composição mais geral dos pontos de valorização do espaço que aparecem na teoria do valor e tem aplicações fundamentais para nós geógrafos, que estudamos a produção capitalista do espaço. Incorporando o entendimento de que “a crise urbana é inseparável da crise do capitalismo. As crises aparecem no espaço urbano no sentido mais preciso da formulação hegeliano-marxiana: elas são a forma decorrente e necessária da essência crítica e destrutiva do capital, não um mero reflexo” (Botelho, 2014, p. 96).

6. REFERÊNCIAS

BOTELHO, Maurilio. *Teoria da Crise em David Harvey*. Revista Continentes (UFRRJ), ano 3, n.4, 2014, p. 66-111.

COUTO, Luccas Ribeiro do. *Notas de uma interpretação sobre a crise e a acumulação em David Harvey*. Boletim Campineiro de Geografia, v. 4, n. 2, 2014

GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital. O conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1998.

HARVEY, David. *Os Limites do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. Teoria da crise e a queda da taxa de lucro. Geografares [Online], 28, 2019, posto online no dia 25 abril 2019, consultado o 31 julho 2024. URL: <http://journals.openedition.org/geografares/2260>.

- HARVEY, David. *Crônicas anticapitalistas*. São Paulo: Boitempo, 2024.
- HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- KURZ, Robert. *A ascensão do dinheiro aos céus*. Disponível em: <http://planeta.clix.pt/obeco/>. (Versão Portuguesa), 2002.
- KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor*. Lisboa, Editora Antígona, 2014 [2012].
- KURZ, Robert et al. *Manifesto contra o trabalho*. São Paulo: Conrad, 2003.
- KURZ, Robert. *A crise do valor de troca*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.
- LAMAS, Bruno. *A explosão da cidade e a trajetória do capitalismo*. In: *Imprópria (Org.). Pensamento crítico contemporâneo e a cidade*. Lisboa: Unipop, 2007.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital*. São Paulo, Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política, Livro III: O processo global da produção capitalista*. São Paulo, Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- NETTO, José Paulo (org.). *Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1988.